

## O uso dos nomes em vão

Gaudêncio Torquato (\*)

“Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão, porque o Senhor não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão”. (Êxodo, capítulo 20, versículo 7).

O estágio civilizatório de um povo é medido por grandes e pequenos atos, entre as quais avanços, descobertas, tecnologia, desenvolvimento econômico e social, este último compreendendo formas de pensar e de agir, atitudes e gestos. A cultura política, portanto, deriva da forma de pensar e agir daqueles que dela participam, representantes do povo, governantes e simpatizantes, entrando aqui os militantes.

Quando esses grupos assumem posições que descambam para o perigoso terreno da galhofa, é razoável intuir que a régua civilizatória do território em que habitam está meio torta. Algo parece fora do tom. Sinais extraídos dos climas emotivos que animam bandas partidárias apontam para resquícios de barbárie, passos erráticos, movimentos canhestros, coisas ridículas. Querem um exemplo?

A decisão de deputados e senadores do PT de solicitar aos presidentes das duas Casas congressuais a adição do nome Lula às suas respectivas designações parlamentares. Na contrapartida, adversários começam a solicitar que também a seus nomes seja agregado o sobrenome Moro, em referência ao prestigiado juiz Sérgio, de Curitiba. Uma ridicularia de primeira grandeza.

Manobra oportunista, demagógica, sob o cobertor de um marketing mentiroso a ser intensificado nos próximos tempos, face à polarização aberta e ao tiroteio recíproco entre as alas do lulo-petismo e adversários encastelados em alguns partidos. Na ponta direita, a decisão destemperada dos petistas gera também a incorporação do sobrenome Bolsonaro aos nomes dos parlamentares alinhados ao presidenciável e deputado Jair. Uma comédia. Ou, para outros, uma farsa.

É evidente que a incorporação de sobrenomes e apelidos aos nomes próprios de conjuntos parlamentares faz

parte do jogo de pressões e contrapressões que permeará todo o processo eleitoral, que ora se inicia. Que significado os recém batizados tentam impingir ao eleitor? A luta do Bem contra o Mal. Cada lado quer aparecer como o Bem. Todos vestem a pele do mocinho, deixando o traje de bandido para o outro. Repúdio a Darth Vader e aplausos para Luke Skywalker, de Star Wars. Robin Hood contra os ricos.

Mas a questão é: quem pode no PT envergar o manto de Robin Hood quando se sabe que este partido se meteu na rapinagem geral? As bandas tentarão amplificar seus slogans até as eleições.

Como é sabido, a Operação Lava Jato, em curso, é um processo de corrupção sistêmica que se desenvolveu na era lulopetista-dilmista, na sequência de outra operação chamada de mensalão. Partidos e grupos entraram nesse rolo. E hoje quem mais luta para aparecer como os limpos, os assépticos, os vestais, os donos da ética e da moral?

Os petistas, com apoio de partidos que não se envergonham de ecoar o mito Lula. Foi o que se viu durante o comício de Lula no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, antes de sua decisão se entregar à Polícia Federal. O Brasil viu um momento triste – a prisão de seu maior líder popular – se transformar em um espetáculo onde não faltaram emoção, bandeiras vermelhas e agressão. Lula é realmente um craque. O que deveria ser velório ganhou clima de festa. E como bênçãos de religiosos.

O fato é que as “qualidades morais” dos protagonistas da esfera eleitoral serão exibidas, sob uma teia de simulações e dissimulações, versões sem eira nem beira, e, pior, com a apropriação de sobrenomes de outros. O eleitor menos esclarecido poderá ser engabelado. Seu voto seria também em personagens que não o representante. Arrematada mistificação.

Ninguém será inocente usando o nome de Deus em vão, diz a Bíblia. Na esfera política, os oportunistas terão mais chance de entrar nos desvãos do inferno.

(\*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação Twitter@gaudtorquato.

# Regulamentação de lobby e cadastro positivo na pauta do Congresso

A semana começa com temas que devem gerar discussão tanto na Câmara quanto no Senado. No plenário, os deputados devem votar o Projeto de Lei 1202, de 2007, que regulamenta a atividade de lobby - quando um grupo ou pessoa tenta influenciar o Executivo ou Legislativo para a adoção de medidas

Também estão previstos o debate e a votação do projeto de lei sobre o cadastro positivo, que torna obrigatória a participação dos cidadãos no banco de dados que vai reunir informações sobre quem já terminou de pagar empréstimos e financiamentos e pagou em dia.

Haverá, no plenário da Câmara, uma comissão geral - espécie de audiência pública - para debater os níveis muito elevados das taxas de juros cobradas das famílias e das empresas. Apesar da queda da taxa Selic, referência de juros no país, o montante que fica com os bancos (spread bancário) aumentou. Ainda na Câmara, na Comissão de Constituição e Justiça, propostas de emenda à Constituição (PECs) que autorizam o debate da prisão de réus após a condenação em segunda instância podem ser debatidas. Na mesma sessão, devem ser discutidas questões relacionadas à intervenção federal no Rio de Janeiro.

## Proposta regulamenta profissão de osteopata

A Comissão de Seguridade Social da Câmara discute hoje (17) o projeto de lei que regulamenta a profissão de osteopata. A deputada Luiza Erundina (Psol-SP), autora da proposta, explica que a osteopatia é um ramo do cuidado à saúde de natureza complementar, alternativa, natural e terapêutica. A osteopatia utiliza várias técnicas terapêuticas manuais entre elas a da manipulação do sistema musculoesquelético (ossos, músculos e articulações) para ajudar no tratamento de doenças.

“Há tempos luta-se pelo reconhecimento da osteopatia, já consagrada na preservação da saúde do ser humano. É um método relativamente recente, que apresenta técnicas próprias e possui características suficientes para possuir regulamentação própria”, argumenta Erundina. O deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), relator do projeto, ressalta que a OMS sugere que se criem critérios mínimos necessários para a formação dos profissionais osteopatas. “De fato, como se trata de tratamento de saúde, o Estado deve estabelecer regras e critérios para proteger a sociedade de eventuais danos” (Ag.Câmara).



Tanto na Câmara como no Senado, a semana começa com temas que devem gerar discussão.

Para os próximos dias, são aguardadas a instalação e indicação dos integrantes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), que analisará a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019. A LDO para 2019 propõe salário mínimo de R\$ 1.002, prevê déficit primário de R\$ 139 bilhões para o

governo federal e projeta um crescimento de 3% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme divulgado pelo governo na última semana.

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, é esperado no Senado nesta semana para apresentar a proposta ao presidente em exercício da Casa, senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). No plenário, deve

ser votado o projeto que cria o Sistema Único de Segurança, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). O texto foi aprovado pela Câmara no último dia 11 (ABR).

## Bancadas no Senado têm nova configuração

Com o fim do prazo para os partidos comunicarem à Justiça Eleitoral a relação de filiados, houve mudança na composição das bancadas no Senado. Diferentemente da Câmara, onde muitos deputados aproveitaram a chamada janela partidária para trocar de legenda, no Senado, onde a eleição é majoritária, a regra não se aplica.

“Não existe amarração para mudar de partido. A janela partidária serve para resolver a questão da mudança dos cargos proporcionais: deputado federal, deputado estadual ou distrital e vereador”, explicou Hélio José (PROS-DF), senador que mais trocou de sigla. Desde o início da legislatura, ele passou por PSD, PMB, PMDB e atualmente é do PROS. Ao justificar as trocas, citou casos de corrupção, divergências na política local e não cumprimento de compromissos e programas por parte dos partidos.

Mesmo com uma baixa de dois senadores, desde o início da atual legislatura, em fevereiro de 2015, até agora, o MDB, continua tendo o maior



Seador Hélio José (PROS-DF), o que mais trocou de sigla.

número, são 17 senadores. No Senado, o partido que mais cresceu foi o Podemos. Criado em 2017, a sigla tem hoje cinco senadores, entre eles, a senadora Rose de Freitas (ES) antes do MDB. Também registraram aumento no número de senadores, com relação ao início da legislatura, as bancadas do PP, o PRB, o PSD, o PSDB, o PSDC, o PTC, a Rede e o PROS.

Entre os que mais perderam nessa legislatura está o PT. A sigla que tinha 13 parlamentares, hoje tem nove. O PDT registrou uma perda menor em

número, mas maior em relação ao tamanho da bancada, que passou de seis para três senadores, a metade do número inicial. Para o líder do partido, senador Acir Gurgacz (RO), a entrada e saída de políticos dos partidos é uma questão natural, faz parte da democracia. “Essa liberdade tem que acontecer para que as pessoas possam optar por aquilo que entendem ser o melhor para o seu estado, seu município e a população que representam”, avaliou (ABR).

## Cuba: saída de Raúl Castro é nova era para direitos humanos

Omara Mederos/Divulgacao



Raúl Castro deverá deixar a Presidência do país nesta quinta-feira (19).

A Anistia Internacional (AI) afirmou ontem (16) que o fim do mandato do presidente de Cuba, Raúl Castro, deve representar “o anúncio de uma nova era para os direitos humanos” na ilha. A organização internacional publicou sua proposta de roteiro para o novo governo cubano com o título “Transformar o enfrentamento em diálogo”, com a qual ilustra como melhorar o histórico de Cuba no que diz respeito aos direitos humanos.

Após completar dois mandatos de cinco anos, Raúl Castro deverá deixar a Presidência do país nesta quinta-feira (19), momento que, segundo a AI, será uma “oportunidade histórica” para “estabelecer um diálogo essencial e construtivo sobre o futuro de Cuba”. Raúl e seu irmão mais velho, o já falecido Fidel, comandaram o país durante quase 60 anos. O herdeiro mais provável, o primeiro vice-presidente Miguel Díaz-Canel, nasceu um ano após a revolução e tem um perfil público muito mais discreto.

A diretora para as Américas da AI, Erika Guevara, disse que

o novo presidente deve “consolidar os progressos em Cuba em matéria de direitos humanos, em áreas como o acesso à assistência médica e à educação”.

A representante da AI, que tem vetada a entrada no país caribenhos há quase 30 anos, defendeu que Cuba “deve abordar as restrições que persistem sobre o direito à liberdade de expressão e de reunião pacífica”. Além disso, as autoridades “devem garantir os direitos de toda a população cubana”, inclusive os dos que “criticam o governo”, pontuou.

Para isso, é preciso “acabar rapidamente com a censura, colocar o sistema de justiça penal em consonância com as normas internacionais e abordar a discriminação em todas as suas formas”, opinou a diretora. Segundo a AI, continuam acontecendo “detenções e atos de intimidação e assédio contra ativistas e jornalistas independentes” e, nos últimos três anos, no mínimo 11 pessoas teriam sido presas “unicamente pela expressão pacífica de suas convicções” (ABR/EFE).

## No Japão, Eunício defende maior integração com o Brasil

Em audiência no Palácio Imperial do Japão, em Tóquio, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, foi recebido pelo imperador Akihito, iniciando os trabalhos de ontem (16). Eles conversaram sobre a amizade entre os dois povos e a necessidade de aumentar a integração entre Brasil e Japão. O incremento das relações bilaterais, principalmente na economia, ainda foi defendido pelo presidente do Senado em reunião na sede da Federação das Indústrias do Japão (Keidanren).

Eunício conversou com o presidente da Keidanren, Masami Iijima, e falou para uma plateia de 30 empresários japoneses representantes das maiores multinacionais do país. No foco do encontro, a recuperação da economia brasileira. “Em 2015 e 2016, o Brasil enfrentou uma forte recessão, que felizmente já ficou para trás. E esta é a boa notícia que me traz aqui hoje. Em 2017, o Brasil retomou a trajetória de crescimento econômico: o PIB evoluiu 1% no ano passado, e as projeções indicam um crescimento próximo de 3% neste

ano, e outros 3% em 2019”, disse o presidente do Senado.

Ao traçar um quadro de que a recessão está “superada” e a economia “destravada”, o presidente do Senado convidou os empresários japoneses a investirem no Brasil como uma excelente oportunidade de negócios. “O Brasil se assenta sobre uma plataforma extraordinária de recursos naturais, tem um gigantesco mercado interno, e um potencial incomparável de sucesso entre os países em desenvolvimento. Como não perceber as potencialidades de um país em que a idade média dos brasileiros é de cerca de 29 anos, e onde há, hoje, mais de 105 milhões de pessoas economicamente ativas”, argumentou.

Eunício Oliveira terminou o discurso confiante na parceria, lembrando os 110 anos da imigração japonesa em solo brasileiro, comemorados neste ano. O Brasil tem a maior comunidade nikkei do mundo, com quase dois milhões de nipo-descendentes. Cerca de 180 mil brasileiros vivem no Japão (Ag.Senado).

## Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo é criado

O dia 2 de abril será celebrado anualmente como o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo. É o que estabelece a Lei publicada ontem (16) no Diário Oficial da União. A data escolhida segue convenção da ONU, que celebra o Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo (World Autism Awareness Day) desde 2008. A nova norma tem origem no projeto aprovado no Senado em 2014 e na Câmara em dezembro de 2017.

O autor do projeto é o ex-senador Flávio Arns (PR). Na justificativa da proposta, apresentada em 2010, ele citou pesquisa realizada no Hospital das Clínicas, da Universidade de São Paulo, em 2007, segundo a qual havia cerca de 1 milhão de casos de autismo no Brasil. “É urgente que se criem mecanismos de estímulo às autoridades no sentido de implementarem políticas de saúde pública para o tratamento e o diagnóstico do autismo e, também, de apoio às pesquisas na área”, alega.



A intenção, segundo Arns, é realizar debates e campanhas de alerta, para conscientizar a população sobre o autismo e, com isso, evitar a discriminação das pessoas com o transtorno e permitir a participação delas na vida em sociedade e o exercício da cidadania. O relator do projeto na Comissão de Educação, senador Alvaro Dias (Pode-PR), corroborou com as ponderações do autor, ao afirmar que a celebração “ensinará maior conhecimento acerca da síndrome e, em decorrência, maior integração social daquelas que vivem com ela” (Ag.Senado).